

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fatiamento para reduzir resistência3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal e Estados acenam com novos Refls (3)4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf decide que despesas portuárias geram créditos5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
SEGURIDADE SOCIAL

IVA é o melhor imposto para o país6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo planeja benefício mensal de até R\$ 250 para órfãos da Covid-198

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Idoso de 80 anos que foi de maca ao banco fazer prova de vida morre no Piauí10

O GLOBO - ON LINE - RJ - MIRIAM LEITÃO
SEGURIDADE SOCIAL

As distorções no avesso da reforma12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A falsa reforma do Estado (2)13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Folga no teto de gastos em 2022 pode ser totalmente 'consumida'14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

É fundamental que a reforma tributária contemple os três entes da Federação (2)15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração das exportações é vital17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco grande de judicialização18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pobres são maiores prejudicados19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Máquina de exclusão social21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto mira dividendos em reforma do IR22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária fica próxima de ter relator; fatiamento é controverso..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Acordo sobre imposto global pode garantir R\$ 5 bi ao Brasil..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais um puxadinho no mercado de capitais (2)..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo dos negócios supera o de emergentes..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Classe média é a que mais sente o peso da inflação em 2021, afirma Ipea..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado passa a ver taxa Selic a 6,25% neste ano..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação atinge mais quem ganha menos..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prévia do PIB reage em abril e sobe 0,44%..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Baixa renda tem quase o dobro de inflação em maio..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
POLÍTICA

Sob o ataque do atraso (3)..... 34

Fatiamento para reduzir resistência



A aprovação da **reforma tributária** será possível se for fatiada, na avaliação do líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), a fim de evitar novos entraves como no passado. Ele defende o processo em etapas, como prevê o governo, começando pela proposta do projeto de lei do Executivo de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), resultado da unificação dos **tributos** federais PIS-Cofins, a fim "de reduzir a resistência sobre os assuntos" e, depois, incluir estados e municípios.

O parlamentar reconhece que um dos motivos do atraso na **reforma tributária**, que vem sendo cogitada há décadas, e argumenta que, para que a proposta seja aprovada ainda neste ano, é preciso chegar a um consenso em torno de um projeto "com menos economês e mais português" no diálogo. Apesar das críticas de parlamentares e especialistas ao governo pelo atraso na apresentação da proposta da reforma e na falta de empenho para acelerar a sua tramitação, Barros garante que o Palácio do Planalto tem interesse em avançar nessa agenda e "está comprometido" com isso. Ele destaca que há duas prerrogativas na política econômica: "redução do endividamento do país e redução do desemprego".

No contexto da **reforma tributária**, segundo o líder, existem dois objetivos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "O governo tem um mantra: não tem aumento de carga tributária e não tem fura-teto". Ele aponta ainda como motivos para a dificuldade no avanço na **reforma tributária** a burocracia herdada pelos colonizadores europeus e o corporativismo, que atrapalham, também, o andamento da reforma administrativa, "por defesa da manutenção de privilégios". "Não se chega a uma solução porque temos uma herança da burocracia portuguesa que nos faz ter muita dificuldade de simplificar", afirma.

Na avaliação dele, se não fosse a interferência de corporações para a manutenção de privilégios, como

os fiscais da **Receita Federal**, a automatização na arrecadação de **impostos** poderia agilizar os processos. "Fomos abduzidos pelo corporativismo", afirma, fazendo críticas às categorias que não querem abrir mão do poder de fiscalização. "A questão da administração compartilhada poderia ser feita a cada lançamento da nota, e o dinheiro poderia ser distribuído na conta de cada ente. Não vejo dificuldade nisso, mas a fiscalização perde força e não dá mais para o contribuinte ajoelhar aos pés do fiscal", adiciona.

Conflito de interesses

Na avaliação de Barros, ainda não existe um consenso entre os entes federativos para a construção de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. "Eu não estou vendo essa união e vontade dos estados. O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é importante, e a disputa está nisso. O discurso é um, e a prática é outra. Falta uma manifestação mais clara de estados e municípios se querem participar da solução geral do sistema tributário brasileiro", alega.

Os interesses de cada um e os objetivos com a **reforma tributária** são conflitantes, de acordo com o parlamentar. No caso do contribuinte, a meta com a reforma é pagar menos imposto. Para os estados, o objetivo é tomar mais dinheiro da União, e, para o governo federal, arrecadar mais. "No momento, é preciso uma decisão mais clara de estados e municípios se querem, de verdade, participar da mudança dos **tributos**", frisa.

Uma das polêmicas em torno da **reforma tributária** é a fonte para o custeio do fundo de compensação da mudança do sistema de tributação. Nesse sentido, o líder do governo sugere que, em vez de essa conta ser arcada pela União, o fundo de equalização para a transição seja custeado pelos próprios entes federativos, onde quem ganha com a reforma deposita, e quem perde, saca. Para Barros, é necessário um exercício mais bem elaborado sobre ganhos e perdas em torno da reforma. "O governo quer avançar, mas não quer pendurar a conta no Tesouro Nacional", afirma.

Governo federal e Estados acenam com novos Refls (3)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Carf decide que despesas portuárias geram créditos

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917

IVA é o melhor imposto para o país



Somente uma **reforma tributária** ampla tirará o país da estagnação da produtividade e fará a economia voltar a crescer de forma mais robusta, diz o conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. Para ele, não há saída fácil, mas é importante deixar claro que "o Brasil não quer adotar fórmulas exóticas". Monteiro defende a importância da adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de nova geração, que está consagrado pelo mundo e presente em mais de 160 países.

"O Brasil converge para aquilo que a experiência internacional consagrou e que, em última instância, permite que o nosso sistema se harmonize, em grande medida, com os outros sistemas tributários que hoje vigoram no mundo", afirma o ex-senador e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). E acrescenta: "A **reforma tributária** só terá impacto no crescimento do Brasil se for ampla". É essa a saída para o país desatolar do "pântano da estagnação econômica".

O conselheiro da CNI elogia o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Comissão Mista da **Reforma Tributária**, que tentou unificar as propostas que estavam tramitando no Congresso, incluindo **tributos** estaduais e municipais, e critica o fatiamento da reforma, como quer o governo federal. A proposta do Executivo de uma reforma por etapas, focando, primeiro, na unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) por meio de um projeto de lei, é criticada também por especialistas que apontam, inclusive, risco de contenciosos judiciais.

"Se fizermos uma reforma que se limite apenas ao PIS-Cofins, não estaremos resolvendo a complexidade e a dificuldade que envolve as operações das empresas", adiciona o ex-senador. Na avaliação dele, é mais importante andar gradualmente e ter bons

resultados para a sociedade e para a economia com a proposta de reforma ampla do que a fatiada, pois a CBS, segundo ele, vai na contramão do principal objetivo da mudança do sistema tributário atual, que é melhorar a competitividade do país.

Monteiro é enfático: "Se for feito o movimento de PIS-Cofins, vamos ter, sim, aumento de carga tributária". "Corremos o risco, neste momento, de ter aumento de carga tributária. É preciso ter clareza de que algum passo pode inviabilizar os passos seguintes", acrescenta.

Desindustrialização

A **reforma tributária**, na avaliação do conselheiro da CNI, não pode deixar de fora os principais **impostos** que pesam sobre o consumo: o Imposto sobre Movimentação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, e o Imposto Sobre Serviços (ISS), que é municipal. "Esses dois **tributos** são responsáveis por dois terços da tributação sobre o consumo, em que há as maiores distorções relacionadas aos resíduos tributários da cadeia produtiva, em torno de 7,5% do chamado custo Brasil. Se deixarmos ISS e ICMS de fora da reforma, esse resíduo tributário não será eliminado ao longo da cadeia produtiva", alerta.

O Brasil tem pressa e não pode perder a oportunidade de construir um sistema tributário com bases internacionais para tornar o país mais competitivo, de acordo com o ex-senador. Ele lembra que o país tributa, inclusive, o investimento. "Há uma percepção ampla na sociedade do caráter caótico, disfuncional e injusto do sistema tributário brasileiro", pontua. Como exemplo, ele cita um estudo realizado pela consultoria Ernest Young para a CNI, que revela que a instalação de uma fábrica no Brasil é 10% mais cara do que no México.

O ex-ministro lembra, ainda, que o Brasil vive, há uma década, um quadro de estagnação econômica, crescendo, em média, 0,3% ao ano, em grande parte, devido ao complexo sistema tributário e à pesada carga de **impostos** que contribuiu para a desindustrialização precoce, limitando o potencial de crescimento do país. "Não há dúvida nenhuma de que o sistema tributário brasileiro é um dos responsáveis pela perda crescente de competitividade, especialmente, da indústria brasileira", frisa. Para ele, existe "um consenso inédito entre entes federativos" em torno da necessidade de uma **reforma tributária** ampla e que precisa ser aprovada pelos parlamentares

durante a votação de uma Proposta de Emenda à
Constituição (PEC).

Governo planeja benefício mensal de até R\$ 250 para órfãos da Covid-19



Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O governo quer criar um benefício especial para órfãos da covid-19 dentro da reformulação do programa Bolsa Família.

O valor em estudo está entre R\$ 240 e R\$ 250 por mês por criança e adolescente, segundo simulações feitas pelo Ministério da Cidadania.

O benefício seria dado automaticamente para crianças e adolescentes de famílias incluídas no programa de transferência de renda em que um responsável familiar, cônjuge ou adulto tenha falecido em decorrência da covid-19 desde o início da pandemia.

O benefício será pago até os 18 anos.

O Brasil se aproxima de 500 mil vítimas da covid-19, e o próprio governo é alvo de uma CPI no Senado, que investiga se houve negligência por parte de autoridades federais no trato da pandemia.

Dependendo do relatório final, o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello podem ser responsabilizados.

O governo estima gastar R\$ 196,2 milhões em 2022 para ajudar 68 mil crianças e adolescentes de 35 mil famílias que, neste momento, se enquadram nesses critérios. O martelo final das regras do programa ainda não foi batido por Bolsonaro.

A identificação será feita por meio do Cadastro Único de programas sociais, um instrumento de coleta de informações para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País para fins de inclusão nos programas de assistência social e redistribuição de renda. Com essas informações, seriam feitos cruzamentos em base de dados adicionais, como as

da Data-Prev, para identificar os futuros beneficiários.

A ideia é que esse benefício não seja contabilizado na renda do Cadastro Único para o acesso aos programas sociais - ou seja, o valor não seria incluído para o cálculo da renda familiar. O município faria o acompanhamento da nova família da criança.

Detalhamento. Para o consultor do Congresso Pedro Fernando Nery, o valor em discussão, entre R\$ 240 e R\$ 250, é certamente um grande avanço em relação ao nível do Bolsa Família, cujo benefício médio está em torno de R\$ 190. "Fica a dúvida sobre quem terá direito e qual será o limite por família. Porque, se for R\$ 250, mas só puder receber quem for muito pobre, seria problemático", diz.

Nery ressalta a necessidade de que o governo garanta que o benefício possa ser acumulado dentro da mesma família. Assim, o valor por pessoa se aproximaria da quantia recebida por famílias pobres em que o falecido era empregado formal, deixando pensão de um salário mínimo no **INSS**.

Em artigo recente publicado no Estadão sobre o tema, Nery chamou atenção para o problema dos órfãos da covid-19. Por diversas razões, a pandemia vitima mais pessoas mais pobres.

E suas famílias podem não contar com uma rede de proteção que foi a base de onde se expandiram os Estados modernos: a pensão por morte. Para deixar pensão, é preciso contribuir para o sistema previdenciário, destacou o pesquisador. Empregados com carteira podem deixar o benefício da pensão, mas desempregados ou empregados informais não, mesmo que suas famílias fiquem mais vulneráveis à miséria.

"Esse não seria um problema tão grave se houvesse algum benefício infantil robusto no País, como existem em muitos países desenvolvidos. No Bolsa Família, as crianças órfãs teriam direito somente a R\$ 41 por mês cada, e apenas se a renda familiar fosse muito baixa", ressalta.

Nery alerta que, segundo a Fiocruz, foi na faixa etária entre 20 e 29 anos que os óbitos mais aumentaram entre o início do ano e o auge da segunda onda da doença. O crescimento foi de mais de 1.000% no

período. A partir do momento em que mais jovens passam a morrer vítimas da pandemia, deve haver um aumento também do número de crianças que perdem o pai ou a mãe.

Para a diretora institucional da Rede Brasileira de Renda Básica, Paola Carvalho, o benefício emergencial já deveria ter sido estendido às famílias que perderam membros que as mantinham economicamente. "Nós reafirmamos isso ao governo, pois, se chegamos a quase 500 mil mortes, precisamos olhar com muito cuidado para a proteção social dessas famílias, em particular através da assistência social, com a finalidade de proteger de forma regular e contínua os mais vulneráveis."

Desembolso

R\$ 196,2 mi é quanto o Ministério da Cidadania estima gastar em 2022 com o pagamento do novo benefício a cerca de 68 mil crianças e adolescentes de 35 mil famílias no País.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Idoso de 80 anos que foi de maca ao banco fazer prova de vida morre no Piauí

Por *Maria Romero, G1 PI*

Idoso vai ao banco de maca para fazer prova de vida no Piauí - Foto: Reprodução

O idoso aposentado de 80 anos que teve que ir de maca até uma agência do Banco do Brasil para realizar a prova de vida, obrigatória para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), morreu na segunda-feira (14) em Piripiri, cidade a 163 km da capital Teresina.

Segundo a família do idoso, ele já estava bastante debilitado devido a problemas de saúde, principalmente depois que sofreu um AVC, há cerca de um ano e meio. O homem não conseguia se locomover sozinho e sequer conseguia andar de cadeira de rodas. Segundo a família, o estado de saúde estava complicando nos últimos dias e ele acabou falecendo.

Prova de vida presencial

A família, que pediu para não identificar o idoso, disse ao G1 que ele teve que realizar a prova de vida presencialmente para que continuasse recebendo o benefício do **INSS**, já que é aposentado. O caso aconteceu no dia 4 de junho.

Antes de levar o idoso à agência, um parente informou que tentou fazer o procedimento sem que tivesse que levá-lo, mas não conseguiu.

Obrigatoriedade de prova de vida do **INSS** gera longas filas em Teresina. Veja como fazer a prova de vida sem sair de casa

Segundo o familiar, o banco informou que o idoso acamado teria que ir pessoalmente provar que estava vivo. Ainda segundo a família, o banco disponibilizou uma ambulância para levar o homem, mas ele teve que ir de maca até a porta da agência quando chegou ao local.

"Fazer prova de vida de um idoso acamado durante uma pandemia? Não teria um funcionário capacitado para ir na casa do idoso neste caso específico? , questionaram os familiares.

Acamado há um ano

O homem não conseguia andar e tinha a saúde debilitada há um ano, desde que sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC). A família contou que ele nem sequer conseguia usar cadeira de rodas e precisa de cuidados constantes.

Ao G1, a família relatou que com o valor da aposentadoria, o idoso conseguia pagar apenas os seus remédios, o trabalho de uma cuidadora e de uma fisioterapeuta para cuidar dele em casa. Para seus familiares, a situação foi humilhante.

Meu Deus, é revoltante. O tanto que a tecnologia está avançada não teria outro método pra fazer? Um absurdo , lamentou um parente.

O que disse o banco

Questionado pelo G1, o Banco do Brasil informou que não prestou qualquer tipo de orientação para que a prova de vida do idoso fosse realizada em alguma de suas agências. Em nota, a instituição alegou que o beneficiário foi levado à agência sem contato prévio e ressaltou que a prova de vida foi realizada logo após o atendimento em Piripiri.

Conforme o banco, o **INSS** oferece a opção da prova de vida domiciliar, com agendamento por meio do site meu.inss.gov.br. Os beneficiários com impossibilidade de locomoção, acamados e/ou hospitalizados devem ser orientados a constituir procurador junto ao **INSS**.

Confira a nota na íntegra:

O Banco do Brasil informa que não prestou qualquer tipo de orientação para que a prova de vida, no caso do senhor de 80 anos de Piripiri, fosse realizada em alguma de suas agências. O beneficiário foi levado à agência do BB sem contato prévio e orientação sobre como realizar a prova de vida para pessoas acamadas/hospitalizadas. O Banco ressalta que a prova de vida foi realizada logo após o atendimento em Piripiri - ressalte-se sem conhecimento prévio - ser avisado da presença do beneficiário em frente à agência.

O **INSS** oferece a opção da prova de vida domiciliar, com agendamento por meio do site meu.inss.gov.br.

Os beneficiários com impossibilidade de locomoção, acamados/hospitalizados devem ser orientados a constituir procurador junto ao **INSS**.

A procuração pode ser cadastrada à distância pelo portal MEU **INSS** > Agendamentos/Requerimentos > Novo Requerimento > no campo pesquisa digitar: Cadastrar ou Renovar Procuração.

Orientações e procedimentos necessários para o cadastramento da procuração estão disponíveis no **s i t e d o I N S S** : <https://www.inss.gov.br/orientacoes/procuracao/>.

O Banco do Brasil oferece ainda aos beneficiários do **INSS** e correntistas do Banco do Brasil podem fazer a prova de vida por meio do app BB, sem a necessidade de comparecimento à rede de agências.

Basta que o cliente tenha o app instalado em seu smartphone. Ao acessar sua conta entre no menu > serviços > prova de vida **INSS**, tire foto de seu documento de identificação, frente e verso, e uma selfie. Pronto!

Além do AppBB, os beneficiários do **INSS** podem fazer prova de vida pelo TAA com biometria e na rede de agências.

Veja as últimas notícias do G1 Piauí

Assista aos vídeos mais vistos do G1 Piauí:

Site:

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/06/15/idoso-de-80-anos-que-foi-de-maca-ao-banco-fazer-prova-de-vida-morre-no-piaui.ghtml>

As distorções no avesso da reforma

Veja a matéria no site de origem:

<https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/distorcoes-no-avesso-da-reforma.html>

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/distorcoes-no-avesso-da-reforma.html>

A falsa reforma do Estado (2)

» **RENILDO CALHEIROS**

A reforma administrativa do governo Bolsonaro dissolve o Estado brasileiro para fazer valer o Estado mínimo, idealizado pelo mercado financeiro. Na prática, a PEC 32/2020 faz "passar a boiada" em todas as áreas de regulação e de oferta de serviços públicos para favorecer interesses privados. É inaceitável que a proposta siga a cartilha liberal do ministro da Economia Paulo Guedes e exclua o Estado do seu papel de atender à sociedade nos mais diversos setores, como educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos e fiscalização de bens públicos.

O texto parte de premissas financeiras equivocadas, como a ideia de que a máquina pública é pesada, entrega pouco e gasta muito. Esses argumentos foram elaborados por quem desconhece o funcionamento do setor público. Basta um exemplo para combater essa visão. Em meio às quase 480 mil mortes por coronavírus, é nítido que o Sistema Único de Saúde (SUS) salvou o país de uma catástrofe ainda maior.

A PEC faz o país retroceder ao cenário anterior à Constituição de 1988. Vale lembrar que essa Carta desenhou o Estado democrático brasileiro, visando a preservar e garantir direitos fundamentais e sociais. O regramento criado se baseou nos princípios da moralidade, impessoalidade e eficiência. A reforma administrativa rompe com esse modelo e ameaça a organização democrática. O discurso do governo Bolsonaro é falacioso, porque a proposta não aumenta a eficiência do Estado nem acaba com privilégios.

O texto foca na precarização dos **servidores públicos** e deixa de fora carreiras onde há salários acima do teto constitucional, como Legislativo e Judiciário. Na verdade, é criado um instrumento de cooperação entre a Administração Pública e órgãos e entidades públicos e privados. O dispositivo autoriza a contratação de empresas privadas, ONGs, entre outros, para realizarem o trabalho que hoje é desempenhado somente por **servidores públicos**. Se o público se tornar subserviente ao privado, naturalmente, o foco será o lucro e não a prestação de serviços de qualidade, o que, pode levar a uma deterioração.

Os brasileiros perdem muito com a privatização do setor público. Infelizmente, não é novidade que o povo sempre paga a conta: tarifas mais caras, desabastecimento e queda na qualidade dos serviços. O apagão no Amapá em 2020 demonstra os prejuízos trazidos pela desestatização. A Gemini Energy, que

atua nos 14 municípios amapaenses atingidos pelo problema, não fez os investimentos necessários. Faltaram ainda equipamentos. A empresa privada não tinha um transformador reserva e foi socorrida pela Eletrobras, estatal que o presidente Jair Bolsonaro quer vender.

A relativização da estabilidade para a maioria dos servidores também é temerária. Afinal, existe uma memória do serviço público sobre problemas e soluções, que poderá ser prejudicada. Há funcionários de carreira estratégicos para o funcionamento dos órgãos públicos, que sabem como superar rapidamente gargalos e assegurar a assistência. É por meio da estabilidade que se garante, minimamente, a continuidade de políticas públicas, independentemente se o programa do governo é de direita ou de esquerda.

O principal afetado com a reforma não será o servidor, mas, sim, o povo brasileiro, principalmente, a população mais vulnerável. É intolerável a diminuição da presença do Estado na vida das pessoas mais pobres. Com a destruição das bases estatais, é impossível construir uma sociedade livre, justa e solidária, como estabelece a Constituição Federal. A reforma não enfrenta, portanto, os reais problemas do Estado brasileiro, como a falta de agilidade na tomada de decisões, a fragilidade dos sistemas de avaliação e desempenho de servidores, a falta de incentivo à profissionalização e também a utilização de cargos públicos para atividades de caráter privado.

Na semana passada, houve a instalação da Comissão Especial que analisará o mérito da PEC 32 na Câmara dos Deputados. Nós, da oposição, fizemos amplas manifestações contrárias ao avanço da reforma. A nossa prioridade é suspender a tramitação da matéria. A mobilização popular é essencial para vencermos este embate. À frente da Bancada do PCdoB na Câmara, estaremos ainda mais articulados no colegiado e no plenário para barrar a aprovação dessa reforma tão prejudicial ao Brasil.

Deputado federal por Pernambuco e líder do PCdoB na Câmara

Folga no teto de gastos em 2022 pode ser totalmente 'consumida'

Arícia Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

É fundamental que a reforma tributária contemple os três entes da Federação (2)

Robson Braga de Andrade

A demanda da sociedade brasileira por uma **reforma tributária** existe há, pelo menos, três décadas. Em 1995, quando o termo "Custo Brasil" foi debatido pela primeira vez, em um seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o cipoal tributário já era considerado o grande vilão do setor produtivo. Desde então, além de a carga tributária ter subido de 27% para 33% Produto Interno Bruto (**PIB**), o sistema de cobrança de **impostos** tornou-se ainda mais complexo.

Recente estudo elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), com apoio de associações setoriais da Indústria, demonstrou que o Custo Brasil consome, anualmente, das empresas cerca de R\$ 1,5 trilhão - o equivalente a 22% do **PIB** nacional. O levantamento demonstra que empresas brasileiras dedicam, em média, 38% mais de seus lucros para pagar **tributos** do que companhias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, também de acordo do estudo do MBC, a carga total das empresas chega a 65% do lucro líquido antes dos **impostos**. Nesse quesito, o percentual dos países da OCDE é de 40%.

O estudo mostra, ainda, que nosso sistema tributário é o mais complicado. Enquanto uma empresa no Brasil gasta, em média, 1.500 horas por ano para calcular e pagar seus **tributos**, em países da OCDE uma empresa semelhante despende uma média de 161 horas - 89% menos. Um dos motivos dessa disparidade é que o Brasil tem milhares de legislações em estados e municípios, além de mais de uma dezena de taxas e contribuições federais, que se desdobram em centenas de obrigações fiscais.

O complexo e oneroso sistema de cobrança de **impostos** do país sufoca empresas, afugenta investimentos, inviabiliza exportações, favorece as importações e impede o desenvolvimento econômico e social do país. A LCA Consultores estima que uma **reforma tributária** ampla levaria a um crescimento adicional de 20% no **PIB** em 15 anos.

Levando em conta estes fatores, a CNI e 45 entidades e associações setoriais lançaram recentemente um manifesto intitulado "Pela **Reforma Tributária** Ampla", no qual defendemos a necessidade de que o nosso

sistema tributário seja simplificado e torne mais racional o emaranhado de **tributos** cobrados por União, estados e municípios. do **PIB** de até 20% nos próximos 15 anos.

O modelo que a indústria defende é similar ao apresentado pela Comissão Mista do Congresso, que prevê a criação de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), de alcance nacional, em substituição a ICMS, ISS, IPI e PIS/Cofins. Apenas com a adoção de um IVA moderno, o Brasil se aproximará das melhores práticas internacionais de tributação, tornando o nosso sistema mais simples e eficiente, com foco na promoção da competitividade da economia.

Há estudos mostrando que uma reforma nesses moldes reduziria a pressão dos **tributos** sobre os cidadãos de menor renda, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. Além disso, daria transparência para os cidadãos saberem exatamente quanto pagam de **tributos** sobre o que consomem.

Ressalte-se que, apesar de representar 21% do **PIB**, a indústria brasileira paga 33% dos **impostos** federais e 41% dos **impostos** estaduais. Como essa carga elevadíssima tem inúmeras distorções, não conseguimos aumentar as exportações porque nossos custos são mais altos. Perdemos, também, mercado interno porque produtos importados chegam aqui a um custo mais competitivo. É como se o Brasil entrasse em campo já perdendo o jogo.

É de se destacar, ainda, que o setor industrial tem mais poder de gerar crescimento do que os demais segmentos da economia nacional. A cada R\$ 1 produzido na indústria são gerados R\$ 2,43, enquanto na agropecuária o índice é de R\$ 1,75 e nos setores de Comércio e Serviços, R\$ 1,49. Por isso, não faz sentido a proposta de que na reforma deveria se criar duas alíquotas, uma maior para a indústria e outra menor para o setor de serviços.

Diante do exposto, a conclusão é de, se não for realizada uma **reforma tributária** ampla e equilibrada, os investimentos não virão e o Brasil continuará com o pífio crescimento ocorrido na última década, que foi de apenas 0,3% ao ano, em média. Precisamos ter o sentido da urgência e atacar de frente esse problema.

Empresário e presidente da Confederação Nacional da
Indústria (CNI)

Desoneração das exportações é vital



O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da Comissão Mista da **Reforma Tributária**, defende uma **reforma tributária** mais ampla, com instrumentos sólidos de aplicação na vida real. "Mas ela (a reforma) tem de nascer com os princípios de justiça social, buscando sempre a simplificação, a modernização, a desoneração e a competição. Com a desoneração, inclusive, das exportações. O Brasil é um dos poucos lugares que exporta imposto. É um absurdo", disse.

De acordo com o parlamentar, nesse contexto, é preciso fazer escolhas, avançar nos pontos onde há consenso e usar sempre que possível a teoria do "copo meio cheio ou do copo meio vazio". "E acho que devemos começar pelo copo meio cheio, que foi a retomada do diálogo entre os Poderes. A política é um ambiente, um território pantanoso, mas que tem solução para quase tudo", afirma.

"Temos um momento de fazer escolhas. A gente não pode ficar enganchado, por conta desse ou daquele ponto. Se o ponto não tiver possibilidade de avançar, a gente tem que retirar. Um exemplo é o caso dos fundos de investimento, da agência que se propunha a criar, que foi retirado no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na comissão mista", destaca.

Entre os pontos de consenso, ele cita a unificação dos **impostos** sobre a base de consumo, imposto seletivo, princípio do destino, cobrança eletrônica, crédito financeiro, tratamento diferenciado para alguns setores, como a educação e saúde - que deverão ter apenas um comando constitucional na PEC e ser regulamentada por lei complementar -, regras uniformes em todo o país e preservação do Simples e da Zona Franca de Manaus.

Diferenças

O lado vazio do copo que precisa avançar inclui o IVA do álcool, que o Executivo deseja, "mas a gente precisa amadurecer melhor dentro do Parlamento". "Outro ponto polêmico é a incorporação da CBS como parcela federal no IVA e a importância de conectar o projeto de lei da Contribuição sobre Bens e Consumo (CBS) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)", lembra. Por isso, afirma, é preciso separar o que é **reforma tributária** e o que não é **reforma tributária**. Nesse caso específico de diferenciação, ele destaca como exemplo o Refis (programa de refinanciamento de dívidas).

"Não é reforma. Temos o Refis associado ao passaporte tributário e a mudanças no Imposto de Renda, na tributação de lucros e dividendos. São matérias tributárias relevantes, mas não são reformas exatamente. No entanto, integram a proposta de **reforma tributária**. A gente precisa separar o que é **reforma tributária** e o que não é", reforça. Ele destaca também que há diferenças fundamentais entre os conceitos de "fatiamento versus faseamento". Em relação à CBS, diz, o mais adequado seria falar em "faseamento" - implantar a contribuição em fases.

Por ser uma contribuição, a CBS, segundo Rocha, pode ser aprovada por lei ordinária, porque é submetida ao princípio da noventena e não o da anterioridade. "É compreensível que o governo federal e que o ministro da Economia, Paulo Guedes, queiram votar logo. É absolutamente normal. Seria, vamos dizer assim, a primeira entrega à sociedade e uma sinalização muito positiva. A nova lei proporcionaria segurança jurídica. Nós temos aí processos milionários", afirma.

Sobre seu relatório da PEC 110, ele diz que há alguns dias retirou o que já tinha sido apresentado há dois anos, para refazê-lo, com base no que foi discutido na comissão mista e em recentes entendimentos entre o presidente da Câmara, do Senado, as lideranças do governo e o ministro Guedes.

"Estamos fazendo um relatório da PEC 110 a várias mãos. Não é ato de vontade, senão não vota, e nós temos que votar isso este ano. Ano que vem tem eleição. Se não for esse ano, a gente perde a janela de oportunidade. E quero dizer aos amigos que, da nossa parte, queremos entregar o relatório da PEC 110 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em breve. É um texto que vai ter a participação de todos. Isso não é uma guerra de vaidades", reitera.

Risco grande de judicialização



Caso o governo leve em frente o projeto de **reforma tributária** do jeito que está, corre o risco de provocar uma enxurrada de ações judiciais. O alerta é da professora e consultora especializada em IVA/IBS, Melina Rocha. "Juristas já estão com ações de inconstitucionalidade prontas", destaca. "Se eu se fosse o governo federal, ficaria muito preocupada em aprovar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) tal como ela está proposta agora, porque a probabilidade de litígio e de essa questão chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), por arguição de inconstitucionalidade, é muito alta", afirma.

Melina explica que não é questão de que é mais fácil tratar o assunto da forma como vem sendo debatido - com o fatiamento da **reforma tributária**, como deseja o Executivo. "O governo federal, em diversas oportunidades, vende a ideia de implementar um Imposto de Valor Agregado (IVA) federal, de forma que os estados, no futuro, poderiam se harmonizar. Eu queria deixar claro que não há essa possibilidade de harmonização automática se nós mantivermos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)", afirma.

Segundo a especialista, tecnicamente, não é possível fazer essa estratégia. É preciso, primeiro, passar por uma etapa intermediária, que seria a criação ou de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) ou de um IVA subnacional, no destino, para que, somente depois dessa etapa intermediária, houvesse a possibilidade de se conciliar todos os entes, como ocorreu no Canadá.

"Tecnicamente, não é possível criar um IVA federal e os estados, na atual sistemática do ICMS, optarem pela adesão a esse IVA federal. Isso não é possível

tecnicamente. Eu acho, então, que o empresariado brasileiro, a indústria, todos que vão mais ganhar com essa reforma, têm que fazer o máximo de pressão para que o governo entre nesse debate e que negocie com estados e municípios".

Oportunidade

Melina Rocha destaca que, se o governo federal quer um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (baseado na autonomia tributária dos entes federativos), deve encaminhar seu pedido por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e não por meio de Projeto de Lei (PL) e com o máximo de agilidade. Para ela, o nosso sistema tributário é uma das grandes causas do baixo crescimento econômico do país.

"Mesmo sem ser economista, tenho certeza de que nosso sistema tributário, tamanho são os problemas, como a dupla tributação, a superposição de base e nosso contencioso bilionário, é uma das grandes causas de nosso baixo crescimento econômico e não tenho dúvida de que uma **reforma tributária** vai ajudar o país a sair dessa crise econômica e vai permitir maior crescimento e competitividade internacional", salienta.

De acordo com a especialista, o Brasil não pode deixar passar novamente essa oportunidade e esperar mais 10 anos ou 20 anos para ter uma reforma ampla, principalmente agora que há mais diálogo entre o Executivo e o Congresso Nacional. Ela afirma, ainda, que é preciso tomar muito cuidado com o fatiamento da **reforma tributária**, como deseja o governo, deixando o ICMS e o ISS (**impostos** estaduais e municipais) de fora e tratando apenas de PIS/Cofins. E aconselha que o empresariado pressione para que o governo entre no debate e negocie com estados e municípios.

Melina ressalta que a CBS somente pode ser apresentada por meio de Projeto de Lei porque "só é possível tendo por base a receita, conforme o Artigo 195 da Constituição". "Qualquer coisa diferente dessa tributação sobre a receita vai levantar arguição de inconstitucionalidade". A CBS não pode ser facilmente acoplada ao IBS. "São **tributos** diferentes, tendo em vista que a matriz constitucional da CBS só pode ser receita e do IBS é o IVA, que tributa operações, prestação de serviços, circulação de mercadorias. A CBS, em tese, repito, não é um IVA, é um tributo sobre a receita", afirma.

Pobres são maiores prejudicados



O sistema tributário brasileiro tem distorções que punem a população mais pobre em detrimento dos cidadãos mais ricos. É o que afirma o economista Bernard Appy, presidente do Centro de Cidadania Fiscal (CciF). "Do ponto de vista de justiça, o modelo atual que tributa menos serviços que mercadorias é injusto. É injusto porque quem consome serviços são as pessoas de renda mais alta. Quando você tributa menos serviço do que mercadoria, está tributando menos o que o rico consome e mais o que o pobre consome. Não é um jeito correto de desenhar o sistema tributário", diz ele, que foi um dos autores do projeto que deu origem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que tramita na Câmara dos Deputados.

Appy ressalta que uma **reforma tributária** ampla, que inclua os **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS) sobre o consumo, pode elevar, segundo estudo feito pelo economista-sênior da LCA Consultores, Bráulio Borges, a pedido do CCiF, o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do país em até 20 pontos percentuais nos próximos anos. "Em média, cada brasileiro poderia ser 20% mais rico. Se aprovar uma reforma só do PIS/Cofins, esse efeito é de 10% ou, no máximo, 15% disso. Estamos falando de uma diferença de apenas 2% ou 3% nos próximos 15 anos", explica.

Para o economista, a indústria também é severamente penalizada pela carga tributária e pela complexidade do sistema, o que "favorece o setor de serviços de baixa produtividade". Isso, segundo ele, atrapalha o

crescimento do país, e o resultado é que "os brasileiros são mais pobres do que poderiam ser". O governo federal, hoje, está focado em unir PIS e Cofins, **impostos** federais, na criação de uma CBS. Há um receio entre especialistas, inclusive Appy, de que os **tributos** estaduais e municipais sejam deixados para depois.

Ele considera que, uma vez que o desgaste político é inevitável, o melhor é realizar uma reforma ampla. "Se é para fazer concessões, é melhor fazê-las no bojo de uma reforma ampla e fazê-las de uma única vez e não por partes. O custo de fazer uma reforma fatiada pode ser que o sistema tributário no final da transição, feito em duas etapas, seja um sistema pior e menos eficiente do que seria se ela fosse feita de uma única vez", defende.

Benefício para todos

Hoje, os grandes municípios são contrários a uma reforma que estabeleça um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e altere as regras de arrecadação do ISS. Eles temem queda de arrecadação. Mas Appy enfatiza que, com uma revisão ampla do sistema tributário, os efeitos econômicos serão visíveis e maximizarão a arrecadação de todos os entes da federação. "É preciso entender que, com uma reforma que amplia o potencial de crescimento, todos os entes da Federação, inclusive os grandes municípios, são beneficiados", diz Appy.

No entender do presidente do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), é preciso olhar para o todo e não pensar apenas no contexto municipal. "Eles (os municípios) olham para a situação deles e se esquecem de olhar para o país. Querem manter o ISS, que, mesmo em hipóteses conservadoras, resultaria em um aumento de 0,5% do **PIB** na receita dos municípios a um custo de uma perda de, no mínimo, 5% da economia brasileira como um todo", assinala.

O setor de serviços, que, hoje, paga menos **impostos**, mostra receio ao tema por **temer** um aumento da carga tributária, também será beneficiado pela reforma, na análise de Appy. Isso porque, com a melhora da economia de forma generalizada, a tendência é de aumento da renda dos brasileiros e de sua qualidade de vida, possibilitando maior poder de compra. "Quando cresce a renda dos consumidores, a demanda pelos serviços tende a aumentar mais do que proporcionalmente ao aumento da renda. Quando você incorpora todos esses fatores dentro do modelo

econômico, você vê que todos os setores da economia, incluindo setor de serviços, tendem a ser beneficiados pela reforma tributária", completa.

Máquina de exclusão social



Uma **reforma tributária** só será justa se promover alterações que deixem as regras sobre os **impostos** mais claras para a sociedade. Essa é a bandeira defendida pelo deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP). Segundo ele, o atual modelo em vigor no país é pouco transparente com o cidadão e dificulta o entendimento dos brasileiros sobre quais são suas obrigações enquanto contribuintes.

"Não é possível que o brasileiro continue pagando **impostos** sem saber o que está pagando. Nós somos alienados. Ninguém tem noção nenhuma do que tem de carga tributária em tudo o que consumimos. Isso é inadmissível. Isso não empodera cidadão até para se indignar com a carga tributária que ele tem e os retornos que o Estado dá", afirma o parlamentar.

Para Fonteyne, o sistema tem que ser simples e intuitivo, para que qualquer pessoa possa operá-lo, e não uma máquina de exclusão social, que é o que ocorre nos dias de hoje. Além disso, ele pondera que o Brasil erra ao insistir em um modelo tributário "disfuncional e distorcivo", que tributa de forma diferente bens e serviços, o que tira a competitividade das empresas nacionais e gera um custo que acaba penalizando o cidadão.

"Quem paga essa conta é o cidadão brasileiro. Ele que fica mais pobre e paga mais caro por bens e serviços. É de uma responsabilidade enorme. Portanto, é preciso fazer a **reforma tributária** dentro de uma visão sistêmica. A gente tem que botar o cidadão no centro da discussão, pois ele tem dois bolsos: um que consome bens e o outro que consome serviços."

Adequação

Fonteyne diz que a solução para o país é a adoção de

um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) amplo para substituir e unificar todos os encargos cobrados atualmente em um só tributo. Para o deputado, isso é necessário para deixar o país "na mesma página de competitividade que as maiores economias do mundo".

"Temos de fazer o que é o melhor, o máximo que a gente puder. Só o possível pode ser muito pouco e perigoso. Temos de ter sempre uma visão sistemática das reformas, e não pontual ou de pequenos trechos. Caso contrário, continuaremos criando um monte de obrigações acessórias e um monte de puxadinhos, o que é muito ruim para a competitividade", alerta.

Segundo Fonteyne, é fundamental o governo se empenhar mais na discussão do tema para que seja possível acelerar a aprovação da reforma. Ele elogia o fato de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter tentado manter uma discussão política sobre o assunto, mas opina que, nesse momento, é mais importante conduzir as articulações sob uma visão econômica e jurídica.

"O governo federal tem que entrar sério, para ter certeza de que está fazendo a coisa bem-feita. O Brasil tem o risco de ficar criando jabuticabas tributárias ou de o molho ficar pior do que o peixe. Aí, a gente estraga tudo. Então, é importante ter gente lúcida, que sabe o que está falando e onde já teve contencioso tributário para a gente evitar isso com um texto bem limpo e claro", frisa.

Planalto mira dividendos em reforma do IR

Fabio Graner, Lu Aiko Otta, Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Reforma tributária fica próxima de ter relator; fatiamento é controverso

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), avisou que o relator da **reforma tributária** na Casa será definido esta semana. Mas até o momento, apenas um dos projetos previstos para tramitar na Câmara com o fatiamento acordado entre Congresso e governo foi enviado: o PL 3.887/2020, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com a união dos **tributos** PIS e Cofins, ambos federais.

Com o acordo, Lira não deixou claro se aproveitará alguma parte do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) da PEC 45/2019. Ele prometeu que isso ocorreria, quando extinguiu a Comissão Especial da Casa que discutia o tema, no início de maio. Mas o jogo mudou nas últimas semanas e os presidentes da Câmara, Senado e o governo decidiram começar a reforma pelo que interessa ao governo federal, simplificando a arrecadação e sem entrar de cara em temas espinhosos como ICMS e ISS.

Deputados ouvidos pelo Correio apontam que há uma tendência de apoio à aprovação de uma **reforma tributária** na Câmara, mas o receio de um aumento da carga de **impostos** está presente. Para evitar isso, o ideal seria fazer uma reforma ampla, como defende o deputado federal Fábio Trad (PSD-MS).

"O ideal para mim seria votar na sua integralidade, para que tenhamos uma visão panorâmica de todas as repercussões. Mas se não for possível, que faça o fatiamento, mas sem perder de vista a visão integral. Me parece que esse é o compromisso. O objetivo é simplificar, facilitar o combate à sonegação fiscal e, evidentemente, com o combate, aumentar a arrecadação", afirmou ao Correio.

O parlamentar disse que um aumento de carga seria "contraproducente", uma vez que a sociedade está insatisfeita com o peso dos atuais **tributos**. "Existem vários interesses em jogo, de municípios, estados, consumidores, indústria. O que vai prevalecer, na minha visão, é o norte de não aumento, da simplificação e da racionalização do sistema tributário", disse ele, ao defender que é preciso focar a arrecadação na renda, diminuindo as alíquotas no consumo.

Fatiamento

Trad disse, ainda, que seu partido, o PSD, ainda não

se reuniu para falar especificamente sobre a **reforma tributária**, pois está focado na reforma administrativa. Ele acredita, no entanto, que a legenda terá posicionamento favorável ao tema.

O deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) também tem falado contra o fatiamento da reforma. Ele disse não saber quem será o relator, mas acredita que poderá ser alguém de "pulso firme", como é o caso do vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PL-AM). Fonteyne revelou estar preocupado com o aumento da carga tributária, algo que ele acha que pode ocorrer se o foco da reforma for apenas a unificação de **impostos** federais.

"A alíquota de 12% é alta, até o governo admite isso. Óbvio que o governo tem medo de errar a conta e vai abrir o guarda chuva para não perder arrecadação. Nós temos uma emenda para rever a alíquota depois de um ano. Tem que ser revisada, nós não podemos aceitar aumento da carga tributária. Acho que ele vai ter o compromisso do Lira de não aumentar, como ele fez de não mexer nos servidores na reforma administrativa", comentou.

Ele afirmou que o posicionamento do Novo está alinhado com o relatório apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro, que previa a união de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). "Usar a CBS como uma fase e não um pedaço, uma parte. Ou seja, a gente pode implantar o CBS, não podemos ser contra ele, porque ele vai em direção ao IVA padrão OCDE. Mas não pode parar em PIS e Cofins, que é a PEC que está no senado. Então queremos algo que ande".

"Se não fizer todos os ajustes agora, pode ter um aumento da **reforma tributária**. A ideia mesmo é que tenhamos uma reforma ampla. Nossa briga e defesa é de que se ande com o processo", completou.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/06/4931247-reforma-tributaria-fica-proxima-de-ter-relator-fatiamento-e-controverso.html>

Acordo sobre imposto global pode garantir R\$ 5 bi ao Brasil

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mais um puxadinho no mercado de capitais (2)

Thiago Pereira e Marcelo Miterhof

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Custo dos negócios supera o de emergentes

O emaranhado de **impostos** em vigor no país e a complexidade das regras tributárias contribuem para que haja bastante insegurança jurídica em relação ao Brasil. Além disso, a falta de simplicidade no modelo de tributação confunde os contribuintes sobre quais **impostos** devem ser pagos e quanto cada tributo custa, o que, muitas vezes, acarreta em disputas judiciais envolvendo a cobrança de encargos fiscais.

Essas peculiaridades do sistema tributário brasileiro afastam o país de um modelo que seria mais adequado a uma economia emergente. Não à toa, criou-se a expressão Custo Brasil, que tem a excessiva carga tributária como uma das principais responsáveis pelas dificuldades de crescimento da economia nacional, de atração de investimentos e de criação de postos de trabalho. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por ano, estima-se que o Custo Brasil retire R\$ 1,5 trilhão das empresas instaladas no Brasil, representando 20,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Outro indicador negativo diz respeito ao tempo que as empresas do país levam para calcular a quantidade de encargos que têm de pagar anualmente e efetuar o débito. Segundo um estudo divulgado em 2019 pelo Banco Mundial, os empresários reservam 1.501 horas a cada ano para esse processo, o equivalente a dois meses. Em um ranking de 190 países analisados pelo levantamento, o Brasil ficou em 184º neste quesito.

O Brasil tem, ainda, uma elevada taxa de contencioso tributário, que acontece quando empresas recorrem a ações judiciais para ter direito a cargas tributárias mais justas. Uma análise do Instituto Insper do ano passado mostrou que o contencioso tributário brasileiro alcançou R\$ 5,44 trilhões em 2019, valor que correspondeu a 75% do **PIB** do país naquele ano.

Soluções

Todas essas estatísticas dão respaldo às críticas ao sistema tributário brasileiro e sustentam os pedidos para uma reforma no modelo de cobrança de encargos. O advogado tributarista Eduardo Muniz, sócio da Bento Muniz Advocacia, diz que só uma reforma ampla poderia corrigir os desvios do ordenamento tributário do país. Segundo ele, a melhor solução seria a junção dos **tributos** exigidos nos diferentes entes federativos em um único imposto. Caso isso seja difícil, ele defende que todos os municípios estabeleçam regras para os **tributos** que são de sua competência e que os estados também

façam isso.

"A cada ano que passa sem que haja uma **reforma tributária**, aumenta o grau de descrença da população. A única certeza que todo brasileiro tem é de que ele paga muito imposto, mas não sabe se o que ele está pagando é importante. Pior: não há nenhum retorno social para a sociedade. O país recolhe muito e entrega pouco. É preciso ser mais transparente com o contribuinte", afirma.

O advogado tributarista Bruno Rodrigues, do escritório TozziniFreire Advogados, também faz coro pela simplificação dos **impostos**. Segundo ele, o Brasil vive sob uma ilusão fiscal e há pouco espaço para a ampliação de investimentos. Para Rodrigues, é preciso dar mais previsibilidade aos empresários, sobretudo, os estrangeiros, que pensam em injetar recursos no país.

"Os empresários sempre levam em conta um ambiente em que consigam analisar qual é o real custo de se investir nesse local e possam sopesar quanto podem ter de retorno. Não existe isso no Brasil atualmente, visto que há um sistema tributário extremamente complexo e que dificulta o cumprimento de obrigações", destaca.

Complexidade e insegurança jurídica*

Todos os atributos desejáveis em um sistema tributário são avaliados negativamente pelas empresas do Brasil



	Muito ruim	Ruim	Bom	Muito bom	Sem resposta
Número de tributos	71	18	3	1	7
Simplicidade	65	21	3	1	7
Estabilidade de regras	47	35	9	1	9
Transparência	44	36	9	2	9
Direitos e garantias do contribuinte	40	40	12	1	8
Segurança jurídica	44	35	11	1	8

* Pesquisa feita em 2019 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a opinião de 2.083 empresas. Resultados em porcentagem.

Fonte: Confederação Nacional da Indústria

Classe média é a que mais sente o peso da inflação em 2021, afirma Ipea

Ao longo deste ano, as famílias da classe média sentiram o maior impacto da alta de preços de produtos e serviços no país. De janeiro a maio, a **inflação** subiu 3,46% para esse grupo, cuja renda domiciliar é calculada entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83 por mês.

O avanço é o maior entre as seis faixas de rendimento analisadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo com dados até maio foi divulgado nesta segunda-feira (14).

O resultado reflete uma combinação de recentes aumentos em produtos e serviços com grande peso na cesta de consumo da classe média, diz Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

Nesse caso, pesaram os aumentos nos preços de itens como combustíveis, energia elétrica, artigos de residência e medicamentos, que foram maiores nos últimos meses, gerando peso adicional para o bolso dessa camada.

"Tudo isso pesa para o grupo, e, ao mesmo tempo, não tem nada dando alívio. Para os mais ricos, por exemplo, houve deflação [queda de preços] de passagens aéreas. Já os mais pobres sentem a alta de alimentos, mas não estão comprando um computador ou outros equipamentos eletrônicos. É a classe média que compra esses produtos e paga mais caro", explica a pesquisadora.

No ano, a segunda maior **inflação**, de 3,38%, foi registrada pelo grupo de renda média-baixa. O rendimento desse grupo fica entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41 por mês.

Na renda alta (acima de R\$ 16.509,66), o avanço dos itens mais consumidos ficou em 3,02% no acumulado até maio. Enquanto isso, os mais pobres, com renda considerada muito baixa (inferior a R\$ 1.650,50), observaram crescimento de 3%.

Maria Andreia destaca que os preços dos alimentos diminuíram o nível de alta nos últimos meses, se comparados ao ano passado, o que impediu um impacto ainda maior no orçamento de quem tem menos dinheiro. A comida ficou mais cara principalmente ao longo do ano passado.

Sinal disso é que, no acumulado de 12 meses, os mais pobres seguem sentindo a principal alta de preços. Nesse tipo de recorte, a parcela com renda muito baixa registrou **inflação** de 8,91% até maio. A pesquisa do Ipea destaca que o crescimento está em patamar superior ao observado na faixa de renda alta (6,3%). Na renda média, a elevação ficou em 7,94%.

"A análise de 12 meses contempla o período de junho de 2020 a maio de 2021. A **inflação** do segundo semestre do ano passado foi bastante impactada por alimentos, que têm grande peso no orçamento das famílias de renda muito baixa. Os mais ricos tiveram um alívio com alguns preços, como os de educação e serviços de recreação", diz Maria Andreia.

Após desacelerar em abril, a **inflação** voltou a registrar aumento em maio para todas as classes pesquisadas, segundo o Ipea. A alta nos preços foi maior para as famílias de renda muito baixa (0,92%).

Conforme Maria Andreia, o avanço da vacinação contra a Covid-19 pode estimular no segundo semestre a retomada de serviços que sofreram com restrições na pandemia. A demanda maior poderia gerar nova pressão nos preços, especialmente para as camadas com renda mais elevada.

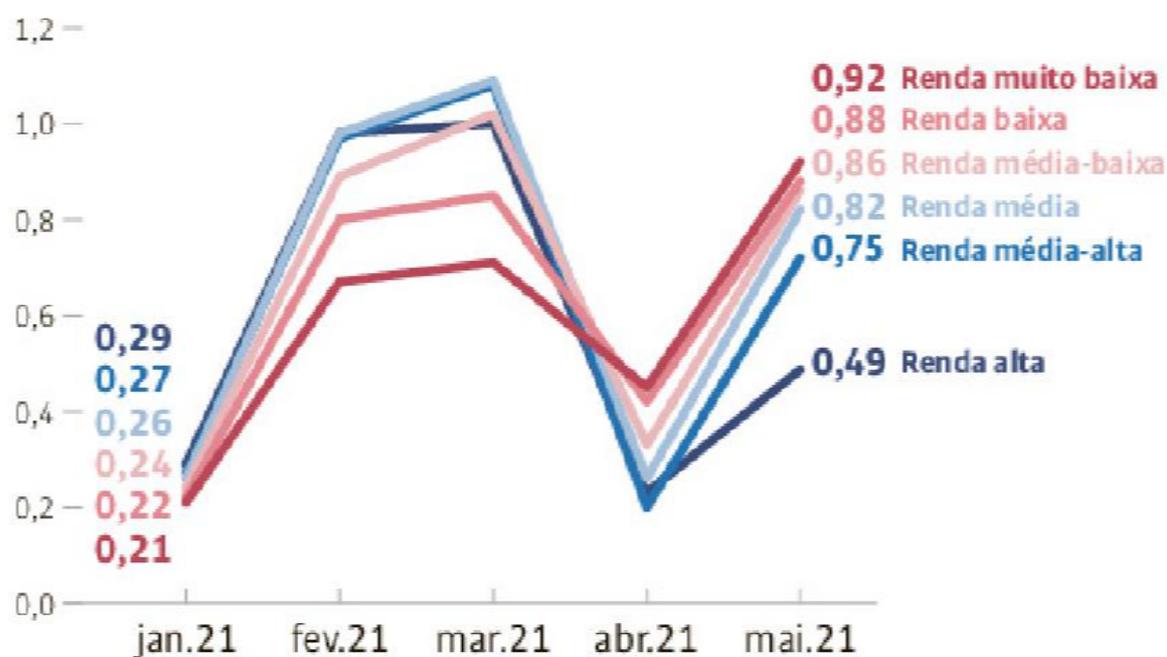
Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA teve a maior alta para meses de maio em 25 anos (0,83%).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49559>

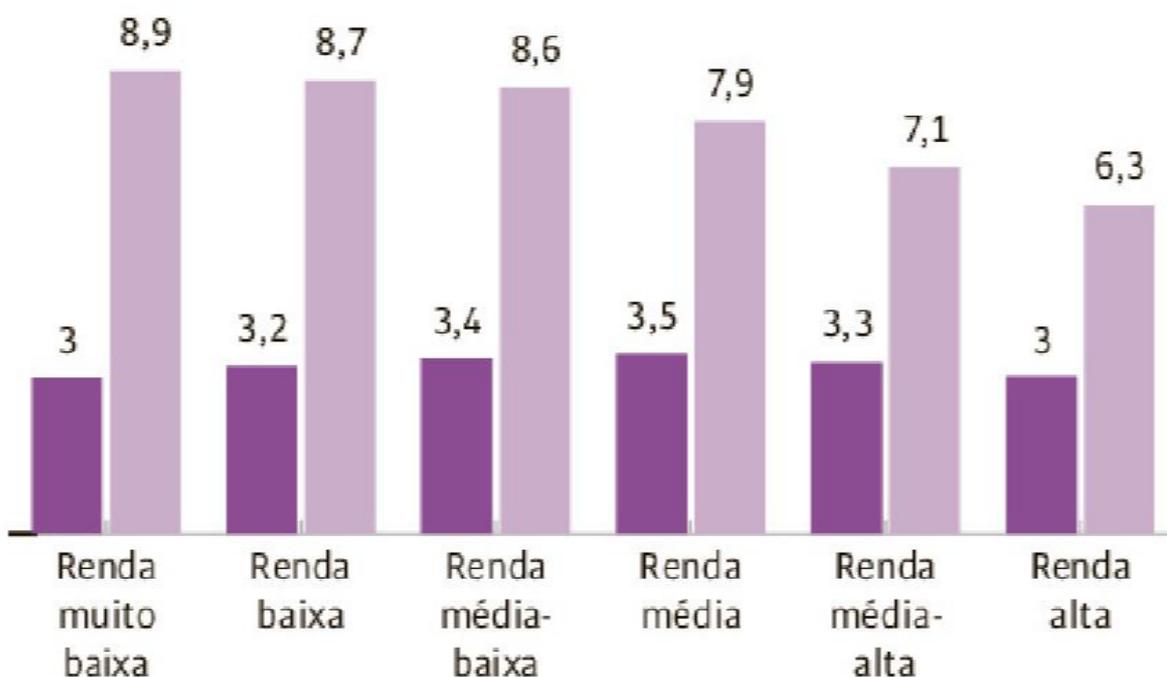
Inflação por faixa de renda

Taxa mensal, em %



■ No acumulado do ano
De janeiro a maio, em %

■ Em 12 meses
Até maio, em %



Fonte: Ipea

Mercado passa a ver taxa Selic a 6,25% neste ano

O mercado elevou a perspectiva de aperto monetário pelo Banco Central neste ano, projetando ainda **inflação** mais elevada e crescimento mais intenso, segundo a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (14) pelo BC (Banco Central).

A pesquisa mostrou que a expectativa agora para a taxa básica de juros é que ela termine 2021 a 6,25%, de 5,75% antes. Para 2022, permanece o cenário de Selic a 6,50% ao final do ano.

A expectativa é que o BC anuncie nesta quarta (16) o terceiro aumento consecutivo de 0,75 ponto percentual na Selic, e possivelmente indique um ciclo mais agressivo à frente ao abandonar seu compromisso com uma "normalização parcial" da política monetária.

O Focus mostrou ainda a décima alta seguida na projeção para a **inflação** este ano, com a alta do IPCA agora calculada em 5,82%, ante 5,44% no período anterior.

Para o **PIB**, houve melhora de 4,36% para 4,85%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

59

Inflação atinge mais quem ganha menos

A alta nos preços de bens e serviços monitorados pelo governo, como energia elétrica, gás, combustíveis e medicamentos, fez a **inflação** dos brasileiros mais pobres encerrar o mês de maio quase duas vezes maior que a dos mais ricos, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda registrou aceleração de abril para maio em todas as faixas de renda. No entanto, a pressão foi maior entre as famílias mais pobres, com renda domiciliar inferior a R\$ 1.650,50: a variação dos preços passou de 0,45%, em abril, para 0,92% em maio.

Entre as famílias de renda mais alta, que recebem mais de R\$ 16.509,66 mensais, a **inflação** saiu de 0,23%, em abril, para 0,49% em maio. Entre os de renda média alta, com rendimento domiciliar mensal entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66, a **inflação** acelerou de 0,20% para 0,75% no período.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e usado pelo Ipea para fazer o cálculo da **inflação** por faixa de renda, encerrou o mês de maio com avanço de 0,83%, ante uma elevação de 0,31% em abril. O resultado foi o maior para o mês em 25 anos.

Os reajustes na energia elétrica (5,4%), tarifa de água e esgoto (1,6%), gás de botijão (1,2%) e gás encanado (4,6%) pressionaram especialmente o orçamento das famílias mais pobres.

O avanço nos custos da habitação gerou uma contribuição de 0,42 ponto porcentual para a **inflação** da mais baixa renda, o equivalente a 46% de todo o aumento de preços percebido por esse segmento de renda em maio.

"Ainda que em menor intensidade, o grupo saúde e cuidados pessoais também exerceu uma influência positiva sobre a **inflação** em maio. Se para as famílias de renda mais baixa a alta de 1,3% dos medicamentos foi o principal ponto de pressão, para as classes mais ricas esse papel coube ao reajuste de 0,67% do plano de saúde", apontou a técnica do Ipea Maria Andréia Parente Lameiras.

A **inflação** acumulada em 12 meses até maio foi de 8,91% para as famílias mais pobres, patamar bem acima dos 6,33% observados no segmento mais rico

da população.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prévia do PIB reage em abril e sobe 0,44%

Fabício de Castro / BRASÍLIA

Depois de ter recuado em março (queda de 1,61%), pressionada pela segunda onda da pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica reagiu no País. O Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem, subiu 0,44% em abril. Os percentuais já foram ajustados sazonalmente, o que permite a comparação entre meses diferentes.

Com a escalada dos casos de contaminação e mortes por covid-19 no início de 2021, governos estaduais e municipais voltaram a adotar restrições para circulação de pessoas e funcionamento do comércio em várias regiões do País. Com os bloqueios, a atividade econômica também foi afetada, o que levou o IBC-Br a interromper, em março, uma série de dez meses consecutivos de alta. Em abril, porém, o indicador voltou ao território positivo.

O índice de atividade calculado pelo Banco Central passou de 139,04 pontos, em março, para 139,65 pontos em abril na série livre dos efeitos sazonais.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o **PIB**", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses.

O desempenho da atividade econômica será um dos fatores a serem levados em conta pelo BC amanhã, quando a instituição decidirá sobre o novo patamar da taxa básica de juros, hoje em 3,5% ao ano. Com a **inflação** pressionada, a expectativa do mercado é de que o BC promova novo aumento de 0,75 ponto porcentual, para 4,25% ao ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Baixa renda tem quase o dobro de inflação em maio

Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186917?page=1§ion=1

Sob o ataque do atraso (3)

Enquanto Jair Bolsonaro quer que as eleições voltem a ser decididas na contagem manual dos votos - pelo visto, como não houve fraude nos 25 anos de urna eletrônica, há quem queira restabelecer o velho e corruptível sistema -, o Congresso dá sinais de que também tem uma agenda do atraso em matéria eleitoral.

Instaurada pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), a comissão de reforma eleitoral tem sido, até agora, um laboratório de propostas retrógradas e perniciosas. Por exemplo, a comissão estuda a volta das coligações partidárias nas eleições proporcionais, proibidas pela Emenda Constitucional (EC) 97/2017.

Aplicada pela primeira vez nas eleições municipais de 2020, a restrição de coligações é importante proteção do voto.

Antes, o voto em determinado candidato podia eleger outro candidato, de outro partido, simplesmente em razão de um acordo entre as legendas. Não faz sentido rever a proibição das coligações antes de sua aplicação nas esferas federal e estadual.

Outra proposta da comissão é a criação do chamado "distritão", sistema de eleição majoritária em grandes circunscrições - frequentemente iguais aos territórios dos Estados - que favorece personalidades, artistas, líderes religiosos e caciques políticos.

Além de tornar mais difícil a renovação política, a proposta enfraquece a democracia representativa ao desvalorizar os partidos. Com o "distritão", os eleitos representam apenas a si mesmos.

No mês passado, foi revelada a tentativa, por parte de alguns parlamentares, de viabilizar a volta das doações de pessoas jurídicas a candidatos e partidos políticos. Além de ser um deboche com a Constituição e com a lisura do sistema político-eleitoral, a manobra é mais um triste sintoma da agenda do retrocesso.

Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a doação de pessoas jurídicas a campanhas e partidos políticos é incompatível com a Constituição de 1988.

Além de gerar conflitos de interesse e ser estímulo à corrupção, o financiamento de campanhas eleitorais por empresas representa grave distorção do sistema político.

Como se não bastasse, a Câmara aprovou, no dia 9 de junho, regime de urgência para um velho projeto de lei, apresentado em 2015 no Senado, que tenta burlar a cláusula de barreira. O Projeto de Lei (PL) 2.522/15 possibilita que dois ou mais partidos se reúnam em uma federação.

A manobra é evidente. Após o registro da federação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos são tratados como se fossem uma única legenda, escapando dos efeitos da cláusula de barreira. No entanto, cada partido continua dispondo de identidade e autonomia próprias.

A cláusula de barreira fixa percentuais mínimos de voto para que cada legenda tenha acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda supostamente gratuita de rádio e televisão. Ao limitar os incentivos a partidos nanicos, dá-se um importante passo para reduzir a fragmentação partidária.

A atual quantidade de legendas não contribui para a representação política. Há muitas siglas à escolha do eleitor, mas não há um aumento de opções políticas. Para ser minimamente viável, uma proposta política precisa ter um mínimo de representatividade.

Além disso, a diminuição do número de partidos contribui para um ambiente de negociação política menos fisiológico. A atual fragmentação partidária é um convite à transformação da política em balcão de negócios.

Diante desse quadro, é inacreditável que a atual legislatura, eleita com o declarado propósito de renovar as práticas políticas, aprove regime de urgência para um projeto de lei cujo objetivo é reduzir todos os benefícios decorrentes da cláusula de barreira.

Com a inédita renovação da Câmara e do Senado, realizada pelo eleitor em 2018, era de esperar que o Congresso fosse capaz, por exemplo, de extinguir o Fundo Partidário e o Fundo Eleitoral. No entanto, em vez de assumir sua tarefa de promover uma genuína **reforma política**, a atual legislatura dedica-se a desfazer o pouco que há de positivo no sistema eleitoral vigente.

Simplesmente não entendeu o seu papel na história.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>